

# VIRUS

29

## O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH  
REVISTA . JOURNAL  
ISSN 2175-974X  
CC-BY-NC-SA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
NOMADS.USP  
REVISTAS.USP.BR/VIRUS  
DEZEMBRO 2024



# VI 29

**O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2**  
**THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2**  
**LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2**

## EDITORIAL

- 001 O DIGITAL E O SUL: TENSIONAMENTOS VOL. 2  
THE DIGITAL AND THE SOUTH: QUESTIONINGS VOL. 2  
LO DIGITAL Y EL SUR: CUESTIONAMIENTOS VOL. 2  
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, CAIO NUNES, ISABELLA CAVALCANTI, RENAN TEIXEIRA, ALINE LOPES

## ENTREVISTA

- 004 O TECNOCENO E O RESTABELECIMENTO DE UM HORIZONTE DE URGÊNCIA  
THE TECHNOCENE AND THE REESTABLISHMENT OF A HORIZON OF URGENCY  
EL TECNOCENO Y EL RESTABLECIMIENTO DE UN HORIZONTE DE URGENCIA  
HENRIQUE PARRA, PEDRO TEIXEIRA, MARIO VALLEJO

## ÁGORA

- 015 DA DISFORIA COMO POTÊNCIA DAS CONTRADIÇÕES: UMA APOSTA DE PAUL B. PRECIADO  
DYSPHORIA AS THE POTENCY OF CONTRADICTIONS: A BET BY PAUL B. PRECIADO  
MARCOS BECCARI
- 024 ESTRUTURAS DIGITAIS / ESTRUTURAS URBANAS MODERNAS  
DIGITAL FRAMEWORKS / MODERN URBAN FRAMES  
CARLOS FEFERMAN
- 034 SUL GLOBAL À DERIVA: REGULAÇÃO DIGITAL NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL  
GLOBAL SOUTH ADRIFT: DIGITAL REGULATION IN THE EUROPEAN UNION AND BRAZIL  
MAGNO MEDEIROS
- 044 ATIVISMO DIGITAL E (DES)REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS NO CONTEXTO ELEITORAL  
DIGITAL ACTIVISM AND PLATFORM (DE)REGULATION IN ELECTORAL CONTEXT  
ARNALDO DE SANTANA SILVA, MILENA CRAMAR LÔNDERO, VITÓRIA SANTOS

- 054

COSMOPLATAFORMIZAÇÃO: PLATAFORMAS DIGITAIS A PARTIR DO SUL GLOBAL

COSMOPLATFORMIZATION: DIGITAL PLATFORMS FROM THE GLOBAL SOUTH

ELI BORGES JUNIOR, EVANDRO LAIA, BRUNO MADUREIRA
- 063

BOTS SOCIAIS: UMA CONTROVÉRSIA SOCIOTÉCNICA

SOCIAL ROBOTS: A SOCIO-TECHNICAL CONTROVERSY

RAMON FERNANDES LOURENÇO
- 072

TERRA, LIBERDADE E DIVERSIDADE: METÁFORAS PARA O MUNDO DIGITAL?

LAND, FREEDOM, AND DIVERSITY: METAPHORS TO THE DIGITAL WORLD?

LUCCA AMARAL TORI
- 082

ENTRE JANELAS FÍSICAS E VIRTUAIS: ABERTURAS DO MORAR NA PANDEMIA

BETWEEN PHYSICAL AND VIRTUAL WINDOWS: OPENINGS OF LIVING IN THE PANDEMIC

PAULA LEMOS VILAÇA FARIA

PROJETO

- 091

CONJUNTO ECOLÓGICO

ECOLOGICAL ENSEMBLE

ANA CECILIA PARRODI ANAYA

## O TECNOCENO E O RESTABELECIMENTO DE UM HORIZONTE DE URGÊNCIA

### THE TECHNOCENE AND THE REESTABLISHMENT OF A HORIZON OF URGENCY

### EL TECNOCENO Y EL RESTABLECIMIENTO DE UN HORIZONTE DE URGENCIA

HENRIQUE PARRA, PEDRO TEIXEIRA, MARIO VALLEJO

**Henrique Parra** é Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutor em Educação. É Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo e atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. É coordenador do Pimentalab – Laboratório de Tecnologia, Política – e pesquisador da Rede Latino-americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade – LAVITS. Dedicar-se à investigação das dinâmicas sociais de produção de conhecimento, no contexto da expansão das tecnologias digitais, com ênfase nas relações entre as mutações nas formas de produção de conhecimento e de ação política. Possui grande experiência com projetos colaborativos de investigação e extensão, junto a atores externos à universidade. henrique.parra@unifesp.br <http://lattes.cnpq.br/8314245614310718>

**Pedro Plácido Teixeira** é Arquiteto, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pesquisador do Nomads.usp e doutorando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda o uso do filme documentário para a realização de leituras urbanas, baseado em processos participativos e colaborativos de produção audiovisual, focando-se, principalmente, sobre a América Latina. pedrot@usp.br. <http://lattes.cnpq.br/1433595073264998>

**Mario Vallejo** é Desenhista Arquitetônico e de Engenharia e Mestre em Arquitetura e Urbanismo. É pesquisador do Nomads.usp, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Estuda processos digitais de projeto, colaboração, BIM, e métodos e meios de representação. mariovallejo@usp.br. <http://lattes.cnpq.br/1094158283404582>

ENTREVISTA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2024

Parra, H., Teixeira, P., & Vallejo, M. (2024). O Tecnoceno e o restabelecimento de um horizonte de urgência. *VIRUS*, (29). O Digital e o Sul: Tensionamentos Vol. 2. 4-14 <https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v29.232114>

**Pedro Teixeira:** Henrique, em nome do Comitê Editorial da VIRUS, agradeço a você por aceitar o nosso convite. Antes de nos aprofundarmos no tema desta edição, *O digital e o Sul: tensionamentos*, nós gostaríamos de saber como nasceu o seu interesse pelo digital e como ele se tornou uma área de estudo para você.

**Henrique Parra:** A sua pergunta é muito interessante, pois estou em um momento de fazer balanços. Atualmente, participo de um grupo de trabalho no âmbito da coalizão de direitos na rede, no qual temos refletido sobre os trinta anos da Internet e, por conta disso, me vi obrigado a me reconectar com o início de minha trajetória. O meu contato com o ativismo via Internet e a experiência com o digital começou no final dos anos 1990. Estávamos vivendo um processo de ascensão das políticas neoliberais enquanto, no âmbito dos movimentos sociais com um perfil mais autônomo, havia uma articulação em torno das redes globais dos movimentos anticapitalistas.

Em 1999, fomos atravessados pelos protestos contra a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, Estados Unidos, contexto em que eclodiu a rede Indymedia<sup>1</sup>. No Brasil, eu colaborava pontualmente com o núcleo brasileiro da rede, também chamado de Centro de Mídia Independente. Em 2000 e 2001, morei em Montreal, em intercâmbio durante o mestrado em Sociologia na USP, pesquisando e trabalhando junto a organizações e empresas de trabalhadores autogeridas, empresas recuperadas e cooperativas. A vizinha cidade do Québec era uma referência importante no campo da economia social e solidária. Por coincidência, em abril de 2001, aconteceria uma reunião de cúpula da ALCA na cidade, e muitas manifestações e protestos estavam sendo organizados. Acabei participando dos protestos e colaborando no Fórum Social, realizado, paralelamente, na cidade. Foi uma experiência marcante ver como os diversos movimentos sociais e coletivos ativistas, que chegavam à cidade para protestar, utilizavam a Internet para se organizar e se comunicar estrategicamente.

Era um outro momento da Internet, uma época em que a rede surgia como uma nova possibilidade de comunicação e organização, que emulava os princípios políticos de autonomia, horizontalidade e descentralização praticados por esses grupos. A movimentação resultou em uma ação política e uma capacidade de contrapoder efetivo que foram capazes de incomodar o poder. Eu fiquei muito impactado com a organização de grupos e pessoas que vinham de diferentes regiões das Américas e chegavam a Québec sabendo exatamente o que fazer, segundo uma organização preparada, em grande parte, através das redes de comunicação digitais nascentes. Esses grupos e pessoas realizaram uma produção multimídia com sistemas de autopublicação, de forma muito crítica e conectada com os movimentos, em um momento em que ainda não existiam *blogs*, plataformas e outras ferramentas similares. Até então, o meu engajamento com coletivos de mídia independente se fazia através da fotografia documental com câmeras analógicas, fotografando, revelando e digitalizando imagens. Percebíamos que a mídia independente acionava uma dinâmica organizativa e comunicativa que nos dava uma maior velocidade de ação, permitindo-nos fazer coisas politicamente interessantes.

Ao retornar ao Brasil e terminar o mestrado, trabalhei no Governo Municipal de São Paulo, atuando no campo das políticas de geração de trabalho e renda e da economia solidária, e prosseguindo no ativismo nessas redes. Saí desse trabalho para fazer doutorado na UNICAMP, ainda muito inspirado pela ideia de como a comunicação multimídia via Internet permitiria que trabalhássemos com outros regimes de sensibilidade, ensejando outros imaginários e formas de ação política. Esta era a minha conexão com o mundo digital, no começo dos anos 2000. Meu interesse pela área não emergiu, portanto, na universidade, mas no campo do ativismo político.

**PT:** Quando você fala do seu histórico e da sua experiência com coletivos independentes, você menciona autopublicação. Isto nos remete ao laboratório que você coordena na UNIFESP, o Pimentalab<sup>2</sup>, que pratica uma forte articulação entre teoria e prática, através de um *podcast* e uma revista própria, além de grande atuação em diferentes territórios junto a outros coletivos. Gostaríamos que você falasse sobre o Pimentalab, o contexto de sua criação e a sua metodologia.

**HP:** Iniciamos o Pimentalab em 2010, quando me tornei docente na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP, no bairro dos Pimentas, em Guarulhos. Uma das primeiras coisas que fiz foi desenvolver um *website*: criei o nome, comprei um domínio e consegui um servidor para colocá-lo no ar. O campus havia sido inaugurado em 2007 e a infraestrutura de tecnologia da informação ainda era muito limitada. Ela permanece frágil até hoje, razão pela qual tenho preferido manter uma infraestrutura própria. Desde o começo, tentei estimular formas coletivas de cuidar da nossa infraestrutura de comunicação e de organizar a memória das nossas atividades, buscando tornar o conhecimento e a documentação produzida o mais públicos possível. Eu carregava os conteúdos das disciplinas em *websites WordPress*

<sup>1</sup> N. do E.: Informações sobre a Indymedia, ou CMI: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro\\_de\\_Mídia\\_Independente](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Mídia_Independente).

<sup>2</sup> *Website* do Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento - Pimentalab, da UNIFESP, disponível em: <https://www.pimentalab.net>



hospedados na plataforma de um coletivo parceiro, o Milharal.org, mas, gradualmente, fomos migrando para uma infraestrutura própria, provida por um projeto de pesquisa e extensão. Criamos um servidor no *data center* da EFLCH e fizemos dele um protótipo de hospedagem de serviços em nuvem, visando demonstrar que alternativas livres e soberanas eram possíveis.

Nosso trabalho iniciou-se com alunos da graduação e, gradativamente, passou a abranger pós-graduandos. Queríamos sensibilizar esses alunos, do campo das Humanidades, sobre a importância da aprendizagem técnica acerca dos ambientes digitais e das tecnologias de comunicação que utilizávamos. Um dos nossos principais requisitos era o uso de *software* livre que, nos anos 2010, coincidia com um contexto macropolítico favorável, pois as universidades federais e autarquias estavam obrigadas a utilizar sistemas computacionais de base livre. Esta obrigatoriedade foi se enfraquecendo no Governo Federal mas, ainda hoje, as salas de aula e os laboratórios de informática da universidade continuam utilizando o sistema operacional Ubuntu, de base Linux. Ainda que muitos estudantes tenham seguido o caminho da pós-graduação no campo das Humanidades, é interessante ver que, daquelas primeiras gerações, muitos foram para a área de consultoria no campo da tecnologia, evidenciando aquela experiência também como um processo de formação.

Outra preocupação referia-se à formação de professores. Desde aquela época, ministro disciplinas de licenciatura em Sociologia, uma vez que o departamento de Ciências Sociais da UNIFESP é responsável pelas formações em Ciências Sociais e Sociologia. Os projetos de extensão envolviam professores que atuavam em escolas da rede pública, situadas na periferia, e tinham como proposta refletir sobre o ensino de Sociologia nessas escolas enquanto lugar onde se produz ciência e comunicação. O Pimentalab disseminava uma prática da comunicação vinculada a territórios, mas a partir de uma perspectiva de pesquisa, explorando modos de se produzir conhecimento. A escola não teria, portanto, apenas o papel de transmitir conhecimento, mas de produzir uma espécie de ciência amadora, além de refletir acerca de modos de comunicar essa produção. Eu tenho tentado retomar as atividades com os alunos de graduação, porque vejo que elas podem alimentar um processo contínuo direcionando-os à pós-graduação. A meu ver, os projetos de extensão sempre foram uma ponte de conexão com o exterior e, ao mesmo tempo, uma estratégia de retroalimentação da universidade. A extensão sempre foi um lugar para produzirmos um outro tipo de coletivo, com o qual fazemos pesquisa.

Essas ações de extensão ganharam forma com a noção de Laboratórios do Comum, que surgiram como um meio de se fazer pesquisa baseado na premissa de que, para investigar o que nos interessava, precisávamos criar coletivos com pessoas de fora da universidade. Compreendemos a necessidade de organizarmos um percurso coletivo de investigação com essas pessoas, no qual elas participassem da elaboração das perguntas e das formas de investigação. As ações de extensão têm abrigado este coletivo político e de prática com o qual desenvolvemos pesquisa.

**PT:** Uma crescente e interessante produção intelectual vem discutindo questões relacionadas às mudanças climáticas, a partir das quais a noção de Antropoceno se torna central. No dossiê que você organizou com a Dra. Alana Moraes de Souza para a revista Mediações (Parra & Souza, 2024), soma-se o conceito de Tecnoceno, em diálogo com conceitos como Capitaloceno e Plantationoceno, articulados de modo a nos ajudar a refletir sobre o Antropoceno de uma maneira mais abrangente. Como você vê esta articulação, a partir do Sul Global?

**HP:** Tive contato com a noção de Tecnoceno no início dos anos 2000, através de um livro de Hermínio Martins (2018), sociólogo e filósofo português que se dedicou à história da Ciência e Tecnologia, em um curso com o professor Laymert Garcia dos Santos. No Pimentalab, começamos a explorar esse termo a partir de uma inflexão teórica e política provocada pelo período da pandemia de Covid-19. Desde a origem do laboratório, em especial após nossa inserção na Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade<sup>3</sup>, a LAVITS, alimentamos uma agenda de pesquisa sobre as relações entre tecnologias digitais, as dinâmicas de produção de conhecimento e as novas formas de poder e controle. No bairro Campos Elíseos, na cidade de São Paulo, acompanhamos, em 2018 e 2019, os modos de utilização de tecnologias digitais na reconfiguração dos processos de militarização e das disputas no território, mas tivemos que suspender os trabalhos de campo, em 2020, com a chegada da pandemia.

Essa suspensão nos levou a lançar uma convocatória pública em torno de uma outra questão de pesquisa. Procuramos criar um percurso coletivo de investigação para entender como as pessoas estavam vivenciando a pandemia, observando, em especial, os efeitos da

---

<sup>3</sup> Website da LAVITS disponível em: <https://lavits.org>

mediação digital em suas vidas no período de afastamento e reclusão social, suas novas rotinas de teletrabalho e as alterações na vida social cibermediada. Esta nova situação nos fez perceber a pandemia de Covid-19 como o primeiro acontecimento tecnopolítico do Antropoceno, vivido de forma sincrônica em escala planetária. O mundo já viveu outras pandemias e todas elas estavam, de alguma forma, relacionadas a modos de dominação e simplificação ecológica, resultantes de processos de internacionalização de cadeias produtivas. Mas a pandemia de Covid-19 foi, de fato, um acontecimento que contribuiu para tornar visível a forma como os enredamentos sócio-técnicos globais estavam envolvidos na sua produção.

Antes da pandemia já se falava em Antropoceno. Este conceito e sua literatura já circulavam, na academia, desde o início dos anos 2000. No entanto, em nossa pesquisa, a pandemia constituiu um ponto de inflexão para introduzirmos, de forma mais imanente em nossa agenda de pesquisa, a dimensão dos efeitos antropogênicos no planeta. Considerando que o nosso interesse de pesquisa, no campo das Humanidades, é observar o fenômeno tecnológico e a composição dos seus aspectos econômicos, políticos e culturais, passamos a delimitar mais precisamente o que queríamos observar e os tópicos que queríamos destacar em nosso processo analítico.

Não utilizamos a noção de Tecnoceno para disputar a precisão de outros conceitos, como o Antropoceno e o Plantationoceno, mas para destacar a participação e agência dos arranjos tecnológicos nesses processos. Assumir a perspectiva do Tecnoceno reforça algumas posições. Reconhecemos que, nas sociedades contemporâneas, estamos cada vez mais enredados em longos arranjos sociotécnicos, capazes de organizar e estruturar as nossas vidas de modo multiescalar. De fato, as escalas se cruzam, desde a produção quotidiana de dados sobre aspectos íntimos de nossa existência, através do uso dos *smartphones* que estão em nossos bolsos, até sistemas plataformizados transnacionais. Nossa vida está cada vez mais tecnologicamente mediada, sem termos, na mesma velocidade, ampliado nossa capacidade deliberativa e de intervenção democrática sobre o desenho dessa mediação. Podemos reconhecer uma ordem tecnopolítica de organização do mundo e, na medida em que esse poder se concentra, ele adquire um contorno tecnoautoritário. Essa é uma dimensão do fenômeno que nos interessa problematizar.

Somos dependentes e estamos envolvidos em formações tecnológicas que produzem uma forma de vida. Quando apertamos o interruptor de luz da nossa casa, fazemos rodar as turbinas de Belo Monte; fazemos escolhas de alimentos que colocam em movimento cadeias transnacionais de produção alimentar. Lançamos um olhar sobre essas longas cadeias a partir das tecnologias digitais, mas também passamos a nos interessar por outras expressões tecnológicas de organização do mundo, percebendo como elas estão se conectando aos processos de digitalização. Mas como o Tecnoceno se relaciona com o capitalismo, ou com o Capitaloceno? Estou falando desta relação porque nos interessa pensar, no interior do Tecnoceno, a relação entre tecnopolítica e democracia. Será que as tecnologias de que dispomos atualmente são as únicas – ou as melhores – de que poderíamos dispor? É claro que não. Consequentemente, como pensar formas alternativas de produção tecnológica que infraestruturem outras formas de vida que queremos ver persistir? Quais outras formações tecnológicas podem sustentar e produzir outros mundos?

A pandemia introduziu essa transformação em nossa agenda de pesquisa porque nos forçou a incorporar a dimensão do Antropoceno naquilo que estávamos pesquisando. Como relacionar a Inteligência Artificial com a questão do consumo energético? Antes, estávamos preocupados com a geolocalização dos *data centers* em razão de problemas da economia informacional, da privacidade ou geopolítica. Mas o que mais está implicado na distribuição geográfica dos *data centers*? Refiro-me não só aos conflitos territoriais que eles engendram quando são alocados em territórios conflituosos, onde há, por exemplo, disputa por água, áreas protegidas ou populações tradicionais. Um corte mais vertical nos empurra em direção a outra discussão, inspirada na perspectiva *terrana*, elaborada por Bruno Latour (2020), em que passamos a deslocar os conflitos de ordem tecnopolítica para serem pensados segundo a lógica de uma tecnopolítica terrana. A partir deste deslocamento, o que seria soberania tecnológica? Como podemos pensar os problemas da soberania em um mundo no qual as mudanças climáticas colocam em xeque conceitos fundamentais que organizavam a definição clássica de Estado-Nação? O problema vai ficando mais complicado. A noção de Tecnoceno não se pretende rigorosa, em termos de uma delimitação específica face a outros conceitos geohistóricos, como o Capitaloceno e o Antropoceno, mas destaca o fenômeno tecnológico no interior desses processos.

Podemos, ainda, evocar uma perspectiva histórica, já que não se trata de qualquer tecnologia, mas, sobretudo, de tecnologias modernas que participam da formação dos estados coloniais. Quando falamos de Tecnoceno em nossos trabalhos, nos referimos ao surgimento da chamada *tecnociência* do século XX, com a Segunda Guerra Mundial, quando começa a haver uma sinergia entre produção científica, desenvolvimento tecnológico, corrida capitalista e militarização. Como aponta Hermínio Martins, a digitalização e o modo como ela se

articula com a economia, a política e a cultura produzem uma tecnomorfia de base, que vai transformando outros processos. Este é também o momento em que as teorias da informação e da cibernética produzem um campo epistêmico articulado à nova formação tecnológica. Um arranjo material-semiótico, como diria Haraway. Com a digitalização, ganham força as tecnologias orientadas à codificação, extração e controle. A autora argentina Flávia Costa (2021) relaciona o início do Tecnoceno ao lançamento das bombas nucleares, um artefato tecnocientífico resultante da convergência entre ciência, capitalismo, geopolítica e militarização. Essa tecnologia produziu e continuará produzindo efeitos para além da existência humana no planeta, como as marcas da radiação já deixadas na Terra.

**PT:** Você estuda os efeitos da pandemia até os dias atuais, portanto para além do período entre 2020 e 2022, abordando-a não apenas como uma crise ecológica, mas como um "laboratório tecnopolítico do capitalismo cibernético-extrativista". Em um artigo sobre o *Google Suite for Education*, você analisa os efeitos da introdução de tecnologias corporativas no ambiente universitário, com conexões com uma certa herança da pandemia. Poderia falar sobre essa questão, especialmente em relação aos três pilares em que a universidade se baseia – pesquisa, ensino e extensão –, e considerando as desigualdades, assimetrias e especificidades entre o Norte Global e o Sul Global?

**HP:** Vou começar pelo fim, abordando as assimetrias geopolíticas e como esse cenário em que adentramos, nesses últimos anos, reatualizam o nosso vocabulário. Nós voltamos a usar palavras grandes, como colonialismo e colonialidade. Por volta de 2016, já estávamos reconhecendo globalmente o ascenso da extrema-direita e, de modo mais amplo, um ascenso conservador na política global, que continua acontecendo e ganhando consistência. Além do golpe de 2016, o Brasil foi surpreendido com o resultado da eleição presidencial de 2018 e, desde então, não paramos de nos surpreender. Voltamos a falar, por exemplo, em neoliberalismo, termo bastante recorrente entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, mas do qual os partidos e parte dos movimentos de esquerda curiosamente deixaram de falar diretamente, durante aquele ciclo latino-americano de governos chamados de progressistas, nas duas primeiras décadas do século XXI. Aqueles governos mantiveram uma série de condições estruturais para a continuidade e ampliação de muitos elementos característicos de políticas neoliberais, tanto do ponto de vista das políticas macroeconômicas e da reorganização do trabalho, quanto de uma relação extrativista com a natureza. Parece que, só ao final da segunda década, voltamos a nos deparar com o ascenso conservador e, de um ponto de vista crítico, voltamos a enunciá-lo como uma formação política mais ampla. Por quê voltamos a usar essas grandes palavras? Talvez esse arranjo de forças tenha se tornado mais visível e enunciável em razão dos atuais conflitos internacionais, do redesenho geopolítico, e também da pandemia.

Tomemos a pandemia como um momento de crise ecológica, produzida pelo nosso modelo civilizacional. O livro *Pandemia e Agronegócio: Doenças Infecciosas, Capitalismo e Ciência*, de Rob Wallace, é muito importante para entender esta noção, porque trata, especificamente, do modo de produção capitalista de epidemias, permitindo perceber como a produção tecnocientífica também participa desse modelo de desenvolvimento tecnológico e, portanto, do modelo de produção capitalista de alimentos. No início da pandemia, circulava a hipótese de que ela desaceleraria o capitalismo e tornaria visível o seu modo de funcionamento e seus limites. Mas ocorreu o contrário. Nas sociedades urbanas, os sistemas logísticos de abastecimento, de oferta de *delivery* e do trabalho remoto reorganizaram-se rapidamente, demonstrando que a engrenagem do trabalho e da produção e circulação de bens, mercadorias e serviços já vinha funcionando muito bem com o digital. A pandemia também representa o que Naomi Klein (2020) chama de *Screen New Deal*<sup>4</sup>, um modelo de oportunidade para as *big techs* que já vinham, desde os anos 2010, oferecendo infraestrutura para as universidades e secretarias de educação da América Latina. Estas corporações encontraram aí uma enorme janela de oportunidade para avançar rapidamente, provendo tecnologias que respondiam às urgências das instituições. Isto já vinha acontecendo antes, mas a pandemia propiciou que essa engrenagem se tornasse mais reticulada e ajustada.

No campo da Educação, a expansão do teletrabalho fez algo que nenhuma reforma conservadora ou tecnocrática havia conseguido fazer: introduziu um conjunto de dispositivos de gestão – de mensuração e organização – na relação pedagógica entre estudante e professor no espaço, antes resguardado, da sala de aula, agora virtualizada. Se tínhamos – e ainda temos –, no espaço presencial da sala de aula, uma certa autonomia na relação professor-aluno e nas atividades ali desenvolvidas, escapando dos poderes gestionários, uma nova organização dessas atividades foi criada quando elas passaram a ser mediadas por tecnologias digitais-cibernéticas, em um ambiente que instituiu

<sup>4</sup> Ver a reportagem *Screen New Deal* completa, disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/08/andrew-cuomo-eric-schmidt-coronavirus-tech-shock-doctrine/>



novas formas de mensuração e quantificação e, portanto, novos indicadores que codificam e colonizam a relação pedagógica. Por essa perspectiva, a pandemia, de fato, acelerou e intensificou uma metamorfose do mundo do trabalho e das relações afetivas, que passaram a ser desenvolvidas, sobretudo, através de infraestruturas, tecnologias, ambientes e aplicativos corporativos em sua quase totalidade.

Praticamente, todas as ferramentas dos ambientes digitais que utilizamos são corporativas. Não é trivial que estejamos utilizando infraestruturas norte atlânticas – desde cabos submarinos a redes de satélites, servidores, sistemas operacionais e aplicativos corporativos – que trazem inscrições, racionalidades, normatividades e regimes de sensibilidade específicos. Todas as dimensões da nossa constituição como humanos passam a se compor com esses ambientes e, dado que eles são produzidos e agenciados por essas disposições sociotécnicas, elas produzem e fortalecem certas configurações de mundo. A pandemia intensificou, portanto, esse processo que é anterior a ela. A plataformação, as formas de desregulação e desintermediação do trabalho são transformações brutais, aceleradas com a pandemia.

No caso brasileiro, o processo de adoção das ferramentas e infraestruturas de comunicação das *big techs* iniciou-se nas universidades estaduais paulistas, sendo, posteriormente, introduzido nas universidades federais. Isto aconteceu por diferentes motivos. Um deles é o crescente subfinanciamento das infraestruturas tecnológicas das universidades. No âmbito das universidades federais, este subfinanciamento foi brutal no período pós-golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. O parque tecnológico destas instituições encontra-se, hoje, completamente desinvestido, tornando muito difícil manter o funcionamento de infraestruturas tecnológicas. Outro motivo refere-se ao fato de que, frequentemente, muitos dos funcionários dos departamentos de informática das universidades são formados em cursos que incentivam a adoção de soluções tecnológicas corporativas. E são essas pessoas que, em grande medida, decidem sobre as infraestruturas das instituições.

Sempre que a manutenção dessas infraestruturas se torna difícil, cresce a demanda pela adesão aos sistemas corporativos, tanto pelos gestores de T. I., quanto pelos professores e estudantes, já educados e treinados, ao longo da vida, no uso de *software* proprietário. Professores e estudantes já utilizavam quotidianamente o Gmail e outras aplicações, sem questionamentos, em função de uma cultura técnica pouco crítica bastante difundida, em que não se percebe a diferença entre o uso individual – privado – e a adoção institucional – pública. Esta forma de dominação vai se propagando por uma espécie de reticulação, oferecendo-nos soluções práticas que operam em sintonia com a economia e o modo de subjetivação política promovido por essas tecnologias. Nesses sistemas, tudo aquilo que se apresenta como mais prático ou mais eficiente concretiza um modo de acoplamento funcional à racionalidade dominante. A não-fricção é exatamente isso. É o oferecimento gradual de infraestruturas de fácil adoção, que, ao mesmo tempo, contrabandeiam outras racionalidades e normatividades que fortalecem o modo hegemônico de organização social.

Uma vez que as tecnologias de informação e comunicação são tecnologias do pensamento, do conhecimento, da memória e da cultura, quando a quase totalidade das universidades públicas brasileiras e latino-americanas entregam suas infraestruturas de comunicação para empresas transnacionais, a já existente assimetria de poder epistêmico e geopolítico entre o Norte e o Sul se amplia. Por isso, não é exagero dizer que se trata de uma nova colonização. Além da colonialidade do saber, há novas dinâmicas de extração cognitiva – o colonialismo digital –, de recursos materiais e energéticos, e de produção assimétrica de valor econômico e político. Nessas condições, é uma piada falarmos sobre a criação, nas universidades brasileiras, de políticas de Inovação, Ciência e Tecnologia orientadas pelo modelo da propriedade intelectual e geração de patentes. Como desenvolver e concorrer com patentes, por exemplo, nas áreas de fármacos ou de engenharia do petróleo, quando a infraestrutura universitária de comunicação está sendo administrada por uma *big tech*? As revelações do Snowden<sup>5</sup>, em 2014 – que, inclusive, impulsionaram a aprovação do Marco Civil da Internet, no Brasil –, não foram uma novidade para aqueles que já estavam envolvidos criticamente com as questões de vigilância, coleta de dados e afins.

Contudo, as revelações de Snowden foram importantes para tornar visível mundialmente o modo como empresas de tecnologia e Estados nacionais cooperam na produção, análise e coleta de dados. Se a universidade é o lugar de produção de Ciência e Tecnologia, a falta de capacidade de autogoverno sobre as nossas próprias infraestruturas de comunicação pressupõe delegar esta produção a terceiros. Isto não diz respeito apenas à pesquisa, mas também aos ambientes tecnológicos que utilizamos para o ensino e ações de extensão. O atual sistema de organização da nossa atividade de trabalho vai se alongando em uma condição de dependência cada vez mais subordinada,

<sup>5</sup> N. do E.: Edward Joseph Snowden, ex-funcionário da *National Security Agency* (NSA) dos Estados Unidos.

na qual as assimetrias se radicalizam. Em termos de tecnologias informacionais, precisamos observar como esta dependência se traduz em um regime de conhecimento, um regime epistêmico. Estamos utilizando não apenas as categorias e as palavras do outro, mas a sua própria forma de organização do conhecimento, da memória e de um certo regime do sensível.

Essas infraestruturas envolvem uma economia informacional, um regime epistêmico e um regime de sensibilidade, que nos colocam em uma condição de subordinação, dependência e exploração. É por isso que as noções de monocultura tecnocientífica, que discutimos em um texto de 2021 (Parra & Moraes, 2021) e de sincronização global, discutida por Stiegler (2006), podem ser articuladas. De fato, temos dois sistemas operacionais proprietários instalados nos *smartphones* de quase toda a população global. Acredito que nunca houve, na história, uma infraestrutura cognitiva que tenha sido compartilhada de modo tão homogêneo. Novamente, isto não é trivial. Como discutir autonomia tecnológica e científica se, por dependermos dessas tecnologias, já estamos participando de certos arranjos? Como discutir a possibilidade de desenvolver modelos alternativos de inteligência artificial em nossas universidades públicas? Temos capacidade computacional para treinar novos modelos de inteligência artificial que constituam alternativas aos modelos disponíveis – os Longos Modelos de Linguagem? E para quê precisamos desses modelos? Quais modelos desejamos? Estas são algumas das indagações que temos nos colocado.

**Mario Vallejo<sup>6</sup>:** Você falou da reorganização neoliberal do conjunto da estrutura social a partir da tecnologia, que pressupõe uma grande demanda de recursos naturais e minerais, além da conversão da subjetividade em mercadoria, transformando a própria experiência humana em algo a ser explorado economicamente. Em seus trabalhos, você demonstra que o tecnoextrativismo tem efeitos ambientais e sociais, em vários sentidos humanos e não-humanos. Além disso, em um trabalho com Alana Moraes, vocês introduziram a ideia das tecnologias da incompletude, que dizem respeito a modos de organização social e de produção de conhecimento que desafiam as estruturas dominantes. Você poderia explicar como enxerga essas tecnologias de incompletude no contexto de plataformas, infraestruturas, projetos e outras iniciativas ligadas aos meios digitais e coletivos, no Sul Global? Quais seriam as potencialidades e limites destas aplicações, a partir da noção de incompletude?

**HP:** Você tocou em dois pontos que considero importante mencionar novamente, para percebermos como a dimensão multiescalar, no digital, introduz um campo problemático que coloca em xeque marcos jurídicos e políticos modernos, organizadores da nossa sociedade. Usamos a ideia de tecnologias de incompletude no texto a que você se refere, emprestada de Moten e Harney (2023), para nos referirmos àquilo que escapa ao código, àquilo que não está orientado pela lógica da codificação, a qual é condição para a captura, extração e controle. Mas também podemos abordar este problema em termos de tecnologias de interdependência ou do Comum. O tecnoextrativismo pressupõe a existência de novas formas tecnomediadas de codificação e de produção da subjetividade. Esta é outra dimensão que envolve os processos de intensificação – e continuidade – da exploração da natureza e da produção de energia. Apesar de difícil, é fundamental conectar estas dimensões. Retomar a ideia de um desenvolvimento não-subordinado do Sul Global requer formular políticas de desenvolvimento que não intensifiquem modelos de extração e dominação na relação com a natureza, permitindo-nos imaginar outros cenários tecnológicos. É difícil, mas é um movimento de investigação – e também de imaginação política – que precisamos ativar. É preciso pensar o digital de uma perspectiva ambiental. Ambiental, não apenas no sentido de meio ambiente, mas de uma ambiência que conecta desde os regimes de produção dos modos de subjetivação, até a sua relação com a produção do minério, da energia e da agricultura. Entender as questões do digital enquanto ambiência significa reconhecer que a mediação digital se tornou ubíqua na nossa existência. Poucas atividades do nosso cotidiano não são mediadas por alguma tecnologia digital em redes cibernéticas. De fato, a crescente digitalização produz uma ambiência que constitui uma outra natureza.

Refletir sobre essa ambiência do ponto de vista da regulação exige-nos considerar que aqueles que eram os atributos da titularidade, responsabilização ou motivação do agente, tornaram-se mais complexos, aproximando-nos de uma discussão, no campo do Direito, sobre direitos difusos ou conexos. Como discutir a poluição ambiental, ou a questão da fronteira? Como discutir estes temas em termos da capacidade de deliberação e de comunidade política? E a noção de sujeito de direitos? A questão da privacidade, por exemplo, no âmbito dos direitos do indivíduo, se inscreve em uma discussão sobre a capacidade de regular as fronteiras entre o íntimo, o privado e o público. A privacidade, no direito liberal, é considerada um atributo do indivíduo. As legislações de proteção dos dados pessoais que temos hoje funciona muito bem para oferecer segurança jurídica ao modelo econômico segundo o qual operam as grandes corporações. Essas mesmas

---

<sup>6</sup> Doutorando no IAU-USP e pesquisador do Nomads.usp.

corporações continuam nadando de braçadas na extração de valor econômico, político e cognitivo, explorando a camada relacional dos metadados. Ou seja, há uma dimensão pré-individual e transindividual que se torna codificável pelo digital, e que não é coberta pela concepção moderna de indivíduo.

A reflexão sobre essa ambiência do digital nos obrigaria, portanto, a incluir novos elementos na ordem jurídica e política. Porque a ideia de incompletude está também relacionada à discussão sobre as tecnopolíticas do comum. Pensar essas tecnopolíticas da incompletude e tecnopolíticas do comum requer, em primeiro lugar, se deslocar da ideia de soberania para a ideia de interdependência, da escala do indivíduo para a dimensão transindividual. É preciso entender que não estamos lidando com entidades constituídas – indivíduo, nação, propriedade –, pois elas têm uma dimensão não-acabada. Deste ponto de vista, o comum se constrói nas relações de complicação e interdependência e, conseqüentemente, o sujeito não é autônomo, acabado e soberano de si.

De uma perspectiva imunitária da saúde, o indivíduo é considerado um sujeito bem delimitado, em uma relação de fronteira exclusiva com o outro. Mas, de uma perspectiva de saúde coletiva, ou a partir de uma política do cuidado, o sujeito é sempre incompleto, sempre em relação com um outro, sempre aberto ao outro. A ideia da incompletude contém a relação entre actantes, que não são entidades acabadas, não são mônadas encerradas, mas encontram-se em uma permanente relação de coprodução. Para isso, é importante encontrar maneiras de infraestrutura o fortalecimento dessa dimensão relacional, que é justamente aquilo que nos é mais sequestrado atualmente: a nossa capacidade de fazer-comum, a nossa capacidade de existir em co-dependência e co-determinação, de fortalecermos o laço que sustenta as nossas formas de vida.

Acho que temos dificuldade em trabalhar a dimensão política desses conceitos. Como essa ideia de incompletude, de interdependência e o Comum colocam em questão a ideia moderna de soberania? Como podemos deliberar soberanamente sobre as mudanças climáticas? Temos que assumir e dar consistência política ao fato de que os nossos destinos estão absolutamente enredados com o destino de outras entidades, de outros seres humanos e não-humanos. Por exemplo, discutir o que é a agência do sujeito, neste momento em que a vida é cada vez mais algoritmizada – e discutir o que é responsabilidade algorítmica – coloca novos problemas para elementos fundamentais do direito moderno: questões de autonomia decisória, livre arbítrio e de responsabilidade do sujeito.

**PT:** Nas universidades, temos percebido um movimento resultante de políticas públicas e da própria organização da sociedade civil, buscando uma articulação com conhecimentos tradicionais e saberes ancestrais. No campo dos estudos sobre os meios digitais, temos entendido a importância de dialogarmos com esses saberes e conhecimentos, não apenas visando articulá-los, mas também contribuir na construção de novos modos de saber-fazer. Qual a sua percepção? A universidade está mais aberta a este diálogo?

**HP:** Grande parte do corpo docente das universidades federais é composto por professores graduados em meados dos anos 1990, quando as políticas de ciência e tecnologia e o sistema da pós-graduação brasileira passava por uma reestruturação. Basta lembrar que o Currículo Lattes data de 1999, e ajudou a materializar o processo de profissionalização e organização da nossa pós-graduação. Com o tempo, a reorganização dos programas de pós-graduação teve forte influência na organização dos cursos de graduação.

A UNIFESP e, mais especificamente, a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, localizada no campus de Guarulhos, tem uma história interessante, pois ela se situa na confluência de dois processos distintos que ocorreram no âmbito do ensino superior brasileiro, e que ali se encontram com um alto contraste, criando tensões mas também novas possibilidades. Boa parte do quadro docente foi formado naquele período de reestruturação da pós-graduação, cujos percursos de pesquisa orientam-se pelos modelos da especialização, internacionalização, produtividade e alta competitividade. Este processo anterior de formação de pesquisadores-professores encontra-se, aqui, com novas políticas de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior: interiorização dos campi, políticas de permanência, ENEM/SISU e políticas de ações afirmativas. Quando este encontro ocorre em faculdades ou universidades que estão sendo criadas, as tensões e conflitos são mais visíveis e potentes, gerando possibilidades de abertura e transformação dos currículos formativos e da própria universidade. Este campo ainda está em construção e disputa.

Nós, professores que nos formamos e trabalhamos na área há vinte ou trinta anos, tendemos, muitas vezes, à manutenção de escolhas teóricas e epistemológicas que vêm da nossa própria formação. Essa geração de professores encontra, agora, um corpo estudantil que está trazendo muita coisa nova: não apenas uma diversidade de corpos e experiências que passam a habitar a universidade, mas todo um

repertório teórico-político que se relaciona à constituição de coletivos, movimentos culturais e políticos, pautando a necessidade de atualização curricular e de transformação nas formas de ensinar e produzir conhecimento. Muito desta renovação, que inclui a incorporação de novas autoras e autores nas nossas disciplinas, acontece graças à contribuição dos coletivos estudantis, que tensionam e pressionam o repertório de referências das ciências humanas que é, em grande parte, branco, europeu ou norte-americano, patriarcal, colonial.

Esta transformação ocorre em diferentes graus. Na UNIFESP, sinto que há um movimento ainda em construção de abertura e ampliação de linhas de pesquisa que se conectem com perspectivas baseadas em uma pluralidade epistêmica, de práticas investigativas e saberes. Mas este processo só ocorre graças à pressão dos estudantes. Aos poucos, vão surgindo outras brechas, na medida em que professoras e professores introduzem agendas de pesquisas que incorporam outros temas, problemas e modos de fazer pesquisa. Além disso, a extensão universitária da UNIFESP é muito forte, contagiando positivamente a nossa atividade docente. Uma iniciativa recente muito interessante, da qual participo pontualmente, foi a criação de uma licenciatura indígena. Nessa licenciatura, ofereço uma disciplina sobre tecnologias digitais e educação, na qual trabalhamos com professores indígenas do estado de São Paulo que atuam em escolas indígenas.

Acho que a Universidade tem que ser múltipla e diversa. Ela não precisa ter um modelo único de produção de conhecimento, até porque o lugar institucional que ela ocupava no processo de certificação dos saberes e fazeres profissionais está sofrendo uma profunda transformação. A correspondência entre esses conhecimentos certificados e determinadas posições no mercado de trabalho também está em transformação. E é importante adicionar um novo fator nessas mudanças, que é a expansão desregulada da modalidade de Ensino à Distância, a EAD, em universidades e faculdades privadas, nos últimos anos. Todas essas transformações instalam novas tensões sobre o lugar da universidade na sociedade, nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão.

Mas, neste processo de reestruturação da política científica e tecnológica orientada pelos modelos de inovação tecnocientífica, é preciso igualmente entender que algumas formas de produção de conhecimento científico na universidade são, atualmente, co-partícipes da produção do colapso social e climático que estamos vivenciando. Quando discutimos criticamente escolhas estratégicas sobre linhas de pesquisa em certas áreas científicas, é difícil debater sobre outros modelos de desenvolvimento tecnológico que poderiam nos colocar em outras rotas de transição societal. O modelo hegemônico tecnocientífico de produção, cada vez mais imbricado com as dinâmicas de competição intercapitalista e de disputa geopolítica, tem uma grande influência na estruturação da universidade. Para imaginarmos modelos outros que possam coabitar a universidade, temos que enfrentar a pergunta urgente sobre o lugar da universidade na sociedade, diante da crise do Antropoceno. Esta é uma pergunta incômoda. Vamos continuar formando pessoas para fazer girar a engrenagem hegemônica? Como criar linhas de bifurcação tecnológica? Bifurcação é um termo interessante porque se refere a algo que não se pode descrever antes que ocorra, isto é, não se pode projetar com exatidão. Só é possível reconhecer uma bifurcação *a posteriori*, como a emergência de uma nova constelação entre fatores que adquire uma propriedade estruturante. Podemos, no entanto, pensar em ambientes que sejam mais abertos e indeterminados, onde processos emergentes possam desenvolver-se com outras propriedades, relações e saberes.

O Mario havia me perguntado quais seriam essas tecnologias alternativas e como poderíamos fortalecê-las. Vejo aí, pelo menos, duas dimensões. Por um lado, trata-se de um processo de deserção e de subtração dos modos dominantes de operação desses agenciamentos. Por outro, é um processo que diz respeito à maneira como nós vamos, gradualmente, infraestruturando e fortalecendo outro ecossistema. Refiro-me, aqui, à ideia de tecnodiversidade, ou diversidade cosmotécnica, que significa reconhecer que todo desenvolvimento tecnológico é situado e contextual, tem a inscrição de certas culturas e é atravessado por valores e cosmovisões. Nesta crise do Antropoceno, estamos sendo interpelados a dialogar de forma mais simétrica com outras cosmovisões, que relacionem-se diferentemente com a técnica, constituindo outras cosmotécnicas. No entanto, estamos em uma guerra de mundos com velocidades diferentes e temos que fazer tudo ao mesmo tempo. Torna-se necessário conseguirmos minimamente desarmar e desacelerar essa eficiente máquina de morte que encontra-se em funcionamento, ao mesmo tempo em que vamos construindo e defendendo outros mundos. O diálogo com outros saberes, que vão sendo gradualmente introduzidos na universidade e questionam certos modelos estabelecidos de autoridade, é fundamental para ajudar a interpelar os campos científicos dominantes. No entanto, não é suficiente. Temos que fortalecer a reflexividade científica, introduzir outros referenciais éticos e políticos para além das perspectivas antropocêntricas e atuar contra os efeitos negativos que determinadas práticas científicas produzem no mundo.

Estamos em uma encruzilhada. Sinto que há um certo esgotamento das nossas práticas tecnopolíticas e uma dificuldade de imaginarmos outras formações tecnológicas. Parece-me urgente ativarmos nossa imaginação e pensarmos o que podem ser esses laboratórios de experimentação que ensejem outros arranjos sociotécnicos. A universidade pode ser um importante local do encontro entre comunidades de práticas, novos atores epistemo-políticos que estimulem a dimensão criativa e experimental dos saberes e das formas de vida política. Nós falamos em tecnopolítica antirracista, tecnopolítica anticolonial, inteligência artificial anticolonial, mas o que seria isso na prática? No Pimentalab, estamos retomando a ideia de ativar uma nova comunidade de práticas, para acolher essas perguntas e encontrar pessoas com as quais possamos, juntos, fazer essas perguntas. A ideia de um grupo de pesquisa ou de um laboratório, para mim, passa por como constituímos um coletivo capaz de sustentar uma prática investigativa, vínculos afetivos e de suporte mútuo, a partir de princípios ético-políticos e poéticos.

Estamos na beira do abismo o tempo todo. A cada eleição, pensamos: "não é possível que seja só isso". Nos últimos vinte e poucos anos vivemos uma metamorfose profunda do nosso ecossistema de produção de conhecimento e de comunicação. No começo dos anos 2000, o nosso grande problema era o oligopólio dos sistemas de comunicação e, de repente, passamos a vivenciar uma situação em que qualquer pessoa podia produzir conteúdo e disseminá-lo amplamente. O que aconteceu para passarmos daquele sistema de autopublicação à erosão dos regimes de verdade, à crise pós-verdade, à indústria das *fakes news*? Talvez o maior fenômeno de fundo seja a digitalização da nossa vida em um processo decidido pelas grandes corporações. De fato, estamos diante de um novo regime epistêmico, um novo regime de verdade, uma outra sensibilidade.

Ocorre que as nossas instituições têm um outro tempo. Tenho insistido que estamos diante de uma tripla crise: a crise das nossas instituições democráticas, a crise dos nossos regimes epistêmicos – ou a erosão do princípio do real e verdadeiro – e a chamada crise socioambiental. Estamos lidando com um fenômeno – voltando à ideia de Tecnoceno – que é o seguinte: nós produzimos um mundo, cujo rumo dos seus modos de funcionamento escapa à nossa capacidade de deliberação coletiva. Um mundo que é a megamáquina à qual Lewis Mumford (1967; 1970) se refere, sobre a qual não temos capacidade de governo coletivo democrático. O Tecnoceno é também uma forma de restabelecemos um horizonte de urgência, buscando modos de democratizar esses processos e as formas de deliberação sobre o desenho de futuras tecnologias que afetarão profundamente as nossas vidas – e que, hoje, chegam sem pedir licença. A universidade pode ser esse lugar de criação, experimentação e formação de outros mundos por vir, e a sua defesa é um campo de ação política muito importante. Ela exige restabelecer outro estado de presença, outro tempo, outra sensibilidade e outros afetos que estão em tensão com o modo hegemônico de formação.

**PT:** Henrique, para finalizarmos: o futuro lhe parece promissor?

**HP:** Talvez sejamos a primeira geração – e aqui dialogo com Franco Berardi Bifo – que está experienciando coletivamente a ideia de que o futuro não será melhor, e que teremos tempos muito difíceis e incertos pela frente. A pandemia de Covid-19 foi marcante na minha experiência pessoal e docente. Foi um ponto de inflexão na minha percepção sobre o Antropoceno, introduzindo novas compreensões sobre o presente e o futuro. Porém, nesses últimos meses, tenho procurado me conectar com um outro afeto, procurando retomar a produção de vida, de alegria, buscando ativar coletivamente um afeto aumentativo da nossa potência de agir, pensar e imaginar.

A resposta curta, portanto, seria: a despeito da percepção de que estamos diante de cenários de futuro bastante instáveis, que nos colocam desafios em escalas inimagináveis e, muitas vezes, inapreensíveis – como as imagens dos rios secos da Amazônia, ou das queimadas dos últimos meses no país –, sinto-me convocado a me reposicionar, a buscar outros modos de continuar habitando este mundo, a refletir sobre a possibilidade de produção de outros mundos por vir e sobre as alianças que desejo e necessito estabelecer para isto. Essa é uma condição existencial e, pensando também como pai de uma criança, não tenho outra escolha. Se desejamos voltar a acreditar em outros mundos possíveis, precisamos de uma disposição criativa e imaginativa.

Mesmo no interior do campo da esquerda, com muitas aspás, parece haver uma maior compreensão da crise do Antropoceno, uma percepção mais clara dos limites do nosso modelo civilizacional. Mas ainda persiste uma forte crença nos projetos desenvolvimentistas e extrativistas como algo inexorável. Esta compreensão tem sido acompanhada de um posicionamento apocalíptico, que gera uma desimplicação com o mundo. Algumas versões de fim de mundo estão sendo veiculadas, de maneira a produzir uma desresponsabilização, uma disposição cínica e desimplicada com o mundo.



Afirmar a noção de tecnologias terranas é uma forma de insistir na co-implicação com este mundo. Gilles Deleuze (1994), em uma entrevista para Antonio Negri, disse que a nossa capacidade de acreditar no mundo foi sequestrada. Nós precisamos voltar a acreditar no mundo a partir de uma perspectiva do habitar, como sugere o Amador Fernandez-Savater (2017). Este é um deslocamento político interessante: sair do paradigma do governo para o paradigma do habitar. Ou seja, pensar a partir da potência da situação, daquilo que conseguimos ativar. Ao invés de partir de um projeto de futuro pré-concebido que procuramos realizar, tentando moldar a realidade ao projeto, precisamos experimentar agir pelo meio, uma mesopolítica, uma ação de contágio mútuo que engendre novas reticulações e estruturas.

## Referências

- Costa, F. (2021). *Tecnoceno: Algoritmo, biohackers y nuevas formas de vida*. Buenos Aires: Taurus.
- Deleuze, G. (1994). *Conversações*, São Paulo: Editora 34.
- Fernández-Savater, A. (2017). Nova cultura política: o Paradigma do Habitar. *Outras Palavras* (on-line). <https://outraspalavras.net/sem-categoria/nova-cultura-politica-paradigma-do-habitar/>.
- Klein, N. (2020) Screen New Deal. *Intercept*. <https://theintercept.com/2020/05/08/andrew-cuomo-eric-schmidt-coronavirus-tech-shock-doctrine/>.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Martins, H (2018). *The Technocene: Reflections on Bodies, Minds, and Markets*. New York: Anthem Press.
- Moten, F., Harney, S. (2023). *Tudo incompleto*. São Paulo: Glac Edições.
- Mumford, L. (1967). *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*, v. 1. New York: Harcourt, Brace & Jovanovich.
- Mumford, L. (1970). *The Myth of the Machine: The Pentagon of Power*, v. 2. New York: Harcourt, Brace & Jovanovich.
- Parra, H. & Moraes, A. (2021). Zona de Contágio: emergência pandêmica e práticas de conhecimento. In: Moraes, A., Parra, H.; Pereira, B. (Org.). *Zona de Contágio: laboratório pandêmico, saberes insurgentes*. Rio de Janeiro: Tramadora, v. 1, pp. 11-42. <https://repositorio.unifesp.br/xmlui/handle/11600/62433>
- Parra, H. Z. M., & Souza, A. M. de. (2024). Apresentação do Dossiê – Hegemonia Cibernética, Tecnoextrativismo e Colonialidade: Considerações sobre o Tecnoceno. *Mediações - Revista De Ciências Sociais*, 29(2), 1–14. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n2e51043>.
- Parra, H., Cruz, L., Amiel, T., Machado, J. (2018) Infraestruturas, economia e política informacional: o caso do Google Suite for Education. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, 23(1), pp. 63-99, DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2018v23n1p63>.
- Stiegler, B. (2016) *Mécréance et Discrédit. Tome 2: La société automatique*. Paris: Galilée.
- Wallace, R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Editora Elefante.